



Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Ata da Trigésima Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 31(trinta e um) de maio do ano de 2022(dois mil e vinte e dois).

Às dez horas do dia 31(trinta e um) de maio do ano de 2022(dois mil e vinte e dois) sob a Presidência do Vereador Miguel Fornaciari Alencar e com a ocupação “ad hoc” da Primeira Secretaria pelo Vereador Luis Geraldo Simas de Azevedo, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Adeir Novaes, Alexandra dos Santos Codeço, Caroline Midori da Costa Silva, Davi dos Santos Souza, Douglas Serafim Felizardo, Jean Carlos Corrêa Estevão, Joao Roberto de Jesus da Silva, Josias Rocha Medeiros, Rodolfo Aguiar de Faria, Thiago Vasconcelos Leite Pinheiro, Vanderson de Sant’ana Rodrigues e Vinícius Caetano Corrêa. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir foi lida e aprovada a seguinte Ata: Ata do dia 26/05/2022. Cumprido o rito regimental o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do **EXPEDIENTE** que constou do seguinte: **EM CONFORMIDADE COM O ART. 71, ITEM 1 DO REGIMENTO INTERNO: LEITURA E APRECIÇÃO DA ATA DO DIA 26/05/2022; PROJETO DE LEI: 0126/2022 - LEONARDO MENDES DE ABRANTES,** INSTITUI A CAMPANHA PERMANENTE DE CONSCIENTIZAÇÃO CONTRA A IMPORTUNAÇÃO SEXUAL NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; **PROJETO DE LEI: 0130/2022 - LEONARDO MENDES DE ABRANTES,** INSTITUI O PROGRAMA NUTRICIONAL DIRECIONADO AO TRANSTORNO ALIMENTAR RESTRITIVO/EVITATIVO - TARE, NO MUNICÍPIO DE CABO FRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; **PROJETO DE LEI: 0243/2022 - JOSIAS ROCHA MEDEIROS,** CONFERE AO ADVOGADO CONSTITUÍDO PELA PARTE, PODERES PARA AUTENTICAR CÓPIAS REPROGRÁFICAS DE DOCUMENTOS, NO PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL; **PROJETO DE LEI: 0299/2022 - THIAGO VASCONCELOS LEITE PINHEIRO,** DISPÕE SOBRE A NORMATIZAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº. 8.212 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018 QUE DISPÕE SOBRE O DIREITO DO CONSUMIDOR OBTER COMPROVANTES DE PAGAMENTOS QUE TENHAM DURABILIDADE DO TEXTO IMPRESSO DE PELO MENOS 5 (CINCO) ANOS; **PROJETO DE LEI: 0302/2022 - OSÉIAS RODRIGUES COUTO,** INSTITUI O PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; **PROJETO DE LEI: 0303/2022 - CAROLINE MIDORI DA COSTA SILVA,** DISPÕE SOBRE ANIMAIS COMUNITÁRIOS, ESTABELECE NORMAS PARA SEU ABRIGAMENTO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente franqueou a **Tribuna** aos oradores

inscritos. Ocupou a Tribuna como primeiro orador inscrito o **Vereador Thiago Vasconcelos Leite Pinheiro**, que inicialmente procedeu as saudações de praxe. Em seguida teceu comentários sobre as “fake news” destacando, que afirmara em discurso em Sessão anterior que a vinda da FAETEC para Cabo Frio, seria de grande valia e ponderou que a escola em tempo integral também seria uma grande conquista para a população e que fora publicado vídeo onde ele aparecia falando por cerca de dez minutos contra a vinda da FAETEC para Cabo Frio, o que não fazia sentido, visto que estava sempre empenhado na luta em prol do desenvolvimento do município. Disse, que a seu ver o jovem deveria estar sempre inserido no contexto político cultural do município. Após falou sobre o Requerimento do Vereador João Roberto de Jesus solicitando informações sobre o Mercado Sebastião Lan, destacando que ele próprio sugerira mudanças no local. Em seguida disse que, o local era um ponto tradicional de Cabo Frio e que deveria ser o quanto antes entregue a sociedade. Continuando afirmou, que gostaria de saber informações sobre a aplicação da verba da Emenda Impositiva. Após criticou o serviço prestado pela empresa concessionária de Energia Elétrica, destacando que era cobrada tarifas exorbitantes, quando havia postes podres prestes a cair sobre a cabeça das pessoas, como ocorria nas proximidades da sede da Guarda Municipal. Disse que era um representante do povo de Cabo Frio e estaria levando àquela questão ao PROCON. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a Tribuna o **Vanderson Sant`Anna**, que inicialmente saudou a todos. Em seguida reportou-se ao tema: homologação do concurso de 2020 destacando que o prefeito afirmara que no máximo a homologação ocorreria na próxima semana, porém, já ocorrera tratativas anteriormente que não foram cumpridas, assim, aguardaria com esperança de que houvesse um desfecho para aquela questão antes das eleições. Em aparte, o presidente disse que o vereador poderia contar com a presidência para fazer aquela frente de cobrança. Retomando ao seu discurso o Vereador Vanderson disse que as famílias estavam aguardando ansiosas pela homologação e que estaria até o final com tais pessoas. Prosseguindo comentou sobre a sensação de insegurança em que vivia Cabo Frio, frisando que aumentara os números de furtos e roubos e que a violência, sobretudo no Bairro Braga, não parava de aumentar. Disse que o crack era uma droga maldita que acabava com muitas famílias. Observou que deveria haver a união de diversos segmentos para que aquele problema pudesse ser dirimido e que todos sabiam que a segurança não era responsabilidade da prefeitura, mas, que a interdisciplinaridade das instituições para enfrentar aquela situação, por certo culminaria em ação mais efetiva. Em aparte o Vereador Thiago Vasconcelos disse que poderia haver monitoração, que era uma ação simples e muito usada nas cidades do Sul do país. Retomando ao seu discurso o Vereador Vanderlei Sant`Anna comentou sobre o homicídio do Senhor João Batista, morador do Bairro Jardim Caiçara, amplamente divulgado nas mídias locais, sublinhando que lamentava muito o assassinato do empresário, que fora morto por um usuário de drogas. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. A seguir fez uso da Tribuna o **Vereador Davi Souza** que inicialmente saudou a todos. Em seguida comentou sobre uma matéria paga em mídia local, onde a empresa PROLAGOS colocava a Audiência Pública realizada na Casa Legislativa, como se tivesse sido um evento positivo, demonstrando que a mesma estava sempre aberta ao debate, quando na verdade houvera muitos pontos negativos na citada reunião, com muitas reivindicações dos vereadores

que ficaram sem nenhuma resposta. Disse ser de extrema importância, que a população cobrasse dos vereadores e que a crítica construtiva era sempre bem-vinda. Observou, que no ano de 2015 muitos compraram terrenos no Bairro Monte Alegre Dois pensando que o local seria pavimentado. Disse que a população deveria compreender, que quando houvesse a ampliação da rede de água deveria haver também a ampliação da rede de esgotos, e ainda, que do valor pago na tarifa de água, 30% deveriam ser empregados no esgoto, o que a PROLAGOS não fazia. Disse que o Bairro Monte Alegre 2 estava completamente abandonado e que como líder do Governo fazia a “mea culpa”, pois sabia da responsabilidade do município, mas, que o município não conseguia chegar a todos os lugares. Adiante afirmou que em ano eleitoral, somar forças com aliados políticos era fácil, mas, que somar forças com um prefeito que não pertencia ao mesmo grupo político do Governo do Estado era complexo. Observou, que as questões que favoreciam o povo deveriam estar acima das querelas políticas e que sobretudo Tamoios estava sendo esquecido pelo Governo Estadual. Disse que o Governo Estadual favorecia os municípios circunvizinhos deixando Cabo Frio ilhada e que o município não estava de portas fechadas para o Governo do Estado, mas, que ocorria o contrário, não chegavam investimentos em Cabo Frio. Observou que quando estivera a frente da Secretaria de Governo estivera com o prefeito e outros secretários em um encontro no Palácio da Guanabara, onde até mesmo através de ofícios foram solicitados investimentos para a criação do Mercado do Produtor Rural, que deveria ser instalado às margens da Rodovia Amaral Peixoto e que até aquela data não fora dada nenhuma resposta. Continuando disse que, a CEDAE havia sido vendida e que o dinheiro recebido pela venda daquela companhia estava sendo investido em diversos lugares, mas, não em Cabo Frio. Após afirmou, que estivera visitando as instalações do posto de saúde do Jacaré e que encontrara o local em estado muito precário, mas, que tomara conhecimento de que já estava sendo licitada a reforma. Frisou em seguida, que entraria com Proposição na Casa, para ampliação daquele posto, visto que havia terreno suficiente atrás do mesmo. Disse ainda, que visitara outros postos de saúde em Cabo Frio, em decorrência de que o governo municipal se comprometera em proceder as reformas necessárias. Reiterou, que o ESF do Parque Burle funcionava em uma casa alugada, onde o proprietário morava em cima, o que era no mínimo estranho e que, no futuro deveria haver a construção de um posto, no sentido de melhor atender os moradores daquela localidade. Ao final afirmou que, o salário dos funcionários ter sido colocado em dia, apesar de ser uma obrigação do governo, dera dignidade ao cidadão. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. A seguir ocupou a Tribuna o **Vereador João Roberto de Jesus**, que inicialmente saudou a todos. Em seguida aludindo ao discurso do vereador Davi Souza afirmou que, os funcionários não estavam tão felizes assim, destacando que faltava insumos nas unidades de saúde e até mesmo faltavam médicos. Disse que a população carecia de um olhar mais atencioso por parte do Governo Municipal e que os vereadores deveriam unir forças em prol da população. Em aparte, o Vereador Davi Souza disse que os médicos recebiam um bom salário, na monta de dezessete mil reais e que ele próprio fiscalizava as farmácias dos postos de saúde onde em algumas farmácias tinham insumos e outras não, com isso, seria de grande valia que houvesse a comunicação entre as mesmas para que pudessem suprir a necessidade uma das outras. Retomando ao seu discurso, o vereador Roberto de Jesus disse que havia um tempo regimental para que fosse

aplicado o recurso da Emenda Impositiva. Disse que com relação a Feira Sebastião Lan, os feirantes viviam com grande insegurança, visto que cada dia era veiculada uma notícia diferente. Observou que olhara no Portal da transparência para ver o andamento daquele processo, mas, que fora afeito apenas o chamamento público. Em aparte, o Vereador Thiago Vasconcelos afirmou que ele próprio estivera buscando informações sobre a Emenda Impositiva que, de sua parte deveria ser usada no Mercado Sebastião Lan e que o Secretário de Obras informara, que estavam em conclusão de estudos. Retomando ao seu discurso, o Vereador João Roberto de Jesus disse que com relação à Emenda Impositiva, seria feito, com certeza, em virtude de que o Prefeito perdera o prazo para fazer qualquer questionamento na Câmara. Disse que, por certo haveria complicações acerca da PPP, (Parceria Público Privada), em virtude de que havia indícios de que o terreno era privado, pertencente à Viação 1101. Reiterou que entrara com Requerimento exigindo esclarecimentos sobre aquele imbróglio e que os feirantes já estavam no local havia mais de trinta anos. Disse, que a situação dos feirantes era muito precária e que era necessário saber o que seria feito com tais profissionais. Disse ainda, que havia inclusive abaixo assinado dos moradores do entorno da feira, para que tais pessoas não fossem mais trabalhar no local, pois, se alojaram do lado de fora do mercado. Observou que ele próprio compreendia os moradores, pois, muitos queriam sair da garagem com o carro e não tinham como, por causa de barracas instaladas em suas portas. Com relação a homologação do concurso de 2020 ressaltou, que o prefeito prometera acertar a homologação por diversas vezes e não cumprira, com isso sugeria que fosse feita ação popular, no sentido de sanar o problema. Ao final afirmou que, aguardaria aquela semana, já que o chefe do Executivo Municipal mais uma vez prometera resolver o problema naquele prazo e que esperava que a homologação fosse feita consensualmente. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da Tribuna o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para a **Ordem do Dia**. NESTA ETAPA, FORAM ENCAMINHADOS PARA A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA OS SEGUINTE PROJETO: PROJETO DE LEI: 0126, 0130, 0243, 0299, 0302 E 0303/2022. FORAM APROVADOS OS REQUERIMENTOS NSº: 0034, 0099, 0101, 0104, 0105 E 0106/2022 E AS INDICAÇÕES NSº: 0275, 0326, 0422, 0431, 0447, 0452, 0453, 0454, 0456, 0457, 0458, 0460, 0462 E 0465/2022. FOI APROVADO PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NOS SEGUINTE PROJETO: PROJETO DE LEI: 0023, 0036, 0039, 0057, 0069, 0076, 0080, 0093, 0095, 0097, 0099, 0102, 0103, 0106 E 0248/2022 SENDO A SEGUIR ENCAMINHADOS PARA ACOMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna para a **Explicação Pessoal**. Ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal a **Vereadora Alexandra dos Santos Codeço**, que inicialmente saudou a todos. Em seguida disse, que apresentara um projeto que tinha como objetivo a conscientização sobre os malefícios do tabagismo. Após disse que, sua bandeira principal era a luta na defesa das mulheres e que fora procurada por uma jovem que tendo sido assediada por um homem quando caminhava nas proximidades do Bairro Jardim Esperança, fora espancada por não ceder. Disse que o fato configurava um crime que, infelizmente era cada vez mais recorrente e chamou a atenção das instituições de ensino, para que realizassem campanhas de conscientização sobre o respeito para com as mulheres. Agradeceu a atenção de todos, no que

encerrou sua fala. A seguir o senhor presidente disse, que seria realizada Audiência Pública no dia 13 de junho, para discutir sobre a liberação das placas de Cabo Frio e a cobrança de estacionamento. Disse que os vereadores estariam lutando para que nenhum direito conquistado fosse tirado dos munícipes. Não havendo mais oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.